

## **ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO E O *ECO DE SANTARÉM*<sup>24</sup>**

### **Jorge Pedro Sousa**

Professor Catedrático  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal  
[jpsousa@ufp.edu.pt](mailto:jpsousa@ufp.edu.pt)

### **Sandra Gonçalves Tuna**

Professora Auxiliar  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal  
[stuna@ufp.edu.pt](mailto:stuna@ufp.edu.pt)

### **Patrícia Teixeira**

Aluna do Doutoramento em Ciências da Informação  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal  
[patriciaoliveirateixeira@gmail.com](mailto:patriciaoliveirateixeira@gmail.com)

**24** Trabalho produzido no âmbito do projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal," apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de fundos estruturais da União Europeia (FEDER) e de fundos nacionais do MCTES, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP - 01 - 0124 - FEDER - 009078.

**RESUMO**

António Rodrigues Sampaio desempenhou um papel fundamental no jornalismo político do século XIX. Os seus jornais foram um veículo importante na transmissão dos seus ideais políticos, bem como reveladores das conjunturas jornalística e política da época. Assente numa pesquisa documental, bem como na análise discursiva dos exemplares do jornal, este estudo incidirá sobre o jornal clandestino *O Eco de Santarém*, cuja tumultuosa história, bem como o seu discurso, revela muito sobre a sua a visão empreendedora e aventureira.

**PALAVRAS-CHAVE**

António Rodrigues Sampaio, Jornalismo português, século XIX, *O Eco de Santarém*

**ABSTRACT**

António Rodrigues de Sampaio played a key role in the nineteenth-century Portuguese political press. His papers were an important vehicle for his political ideals, unveiling, at the same time, both the political and journalistic circumstances of that time. Based on documentary research, as well as on the papers' discursive analysis, this study will focus on the clandestine paper *O Eco de Santarém* since its tumultuous story as well as its discourse are revealing of Sampaio's entrepreneurial and adventurous vision.

**KEYWORDS**

António Rodrigues Sampaio, Portuguese journalism, 19th century, *O Eco de Santarém*.

## INTRODUÇÃO

António Rodrigues Sampaio foi um dos expoentes do jornalismo doutrinário e da política portuguesa no século XIX, num tempo em que fazer política e fazer jornalismo se fundiam frequentemente (vd. Traquina 24). Pode dizer-se que Rodrigues Sampaio terá sido o “político de jornal” – ou jornalista, pelos cânones da época – que maior êxito teve em Portugal entre 1835 e 1881.

O seu nome ficou principalmente associado ao jornal *A Revolução de Setembro*, que lhe valeu a alcunha de Sampaio da Revolução. No entanto, na sua actividade jornalística teve outros projectos, sempre articulados com a sua acção política, como liberal de esquerda, embrenhado na causa revolucionária. Com o eclodir da Patuleia<sup>25</sup>, Sampaio refugiou-se em Lisboa (Sá 42), para lançar dois periódicos clandestinos – *O Eco de Santarém*, de que nos ocuparemos neste texto, e *O Espectro* – nos quais fez uso dos seus recursos retóricos para apelar à mobilização dos cidadãos para lutarem ao lado das forças rebeldes.

Assente na pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica, bem como numa análise discursiva da publicação referida, propomo-nos desvelar a forma como Sampaio plasmou a sua mundividência no seu discurso jornalístico, também político, incorporando-a no universo simbólico da sociedade portuguesa oitocentista ou, pelo menos, das elites politizadas da época. Desta forma, o presente estudo permitirá também indiciar algumas características do jornalismo português da época, bem como a acção que Sampaio sobre ele exerceu.

Muito embora existam vários estudos sobre a produção jornalística da época (Teixeira de Vasconcelos, Tengarrinha, Traquina), cujo contributo esclareceu este estudo, pretende-se aqui uma análise de uma publicação específica que se espera concorra para uma (re)construção do seu papel no exercício jornalístico do respectivo autor.

No que respeita à análise discursiva apresentada, conforme explica Sousa (343), procura-se “desvelar a substância de um discurso no mar de palavras,” incidindo-se numa leitura flutuante, embora sistemática, da integridade do jornal referido; recolheram-se os excertos que, tendo em atenção o contexto discursivo, mais contribuíram para dar resposta a questões como as temáticas mais frequentes nesta publicação, os seus objectivos e as suas fontes.

**25** A Patuleia, ou revolta dos ‘pés descalços’, foi uma guerra civil ocorrida entre Outubro de 1846 e Junho de 1847, provocada pelo confronto entre o Governo cabralista (mas sem Cabrais) da direita autoritária liderado pelo marechal Saldanha, com a conivência da Rainha, D. Maria II, e a esquerda liberal e radical setembrista, paradoxalmente aliada aos miguelistas pró-absolutistas.

NUM. 1.

1846.

## O ECCO DE SANTAREM.

LISBOA, TERÇA-FEIRA 8 DE DEZEMBRO.

Não daremos aos nossos adversarios o praser do silencio: os gemidos das viúvas, a voz da verdade não pertubar os seus festins; esses banquetes de ouro e sangue em que se devorou as entilagens da patria não se acabam.

Honra, virtude e moral, tudo está perdido; tudo se sacrificou ao demonio da ambicao que se apouso do poder.

A constituição está suspensa. Não ha direito mais que o da força; a legitimidade está na resistencia. O poder rasgou o pacto social e desligou nos da obediencia. Em nome da carta não manda elle por que a suspendeu; em nome do absolutismo, não reconhecemos o seu imperio.

Reina o silencio dos sepulchros, vamos interrompe-lo. O direito dos nossos adversarios não é melhor que o nosso. Não campeará a mentira, não folgará na solidão. Alardá força — também temos canhão. Não nos deixam jogar as armas da intelligencia, e não poderão fugir aos golpes da espada para que nos provocaram.

Temos por nós o paiz inteiro, as suas melhores intelligencias; a propriedade, toda a dedicacão desinteressada e generosa; os nossos exercitos occupam toda a extensão do nosso territorio; os cidadãos offercem voluntariamente as suas vidas no altar da patria! Ardor, entusiasmo, vontade, quem poderá resistir a tantas qualidades reunidas?

A nossa causa é justa; Europa: a-

sin o reconheço. A tendencia do seculo birica dos esforços que a pertendem contrariar. Isto é que faz vacillar o poder, esse poder, extruppido que levou o throno a dous passos do abyssos, e o paiz a um cataclismo d'onde só pôde sair pelos esforços heróicos de seus filhos.

Temos de combater com a corrupcão — não importa! — Uma nacão inteira não se corrompe.

Temos necessidade de ser breves. Faremos em artigos repetidos a autopsia disso a que em Lisboa se chama governo, e mostraremos a ignorancia e a má fé que se observa em todas as suas providencias. Mostraremos as falsidades que se propalam, as verdades que se occultam, os factos que se invertem, as reputações que se calumniam, os dinheiros que se roubam, os rendimentos que se dissipam.

A lucta não será longa, porque o poder eivado na sua completião chegou logo ao derradeiro quartel da vida — já dá os ultimos arrancos; mas é preciso sopealo porque a agonia pôde ser terrivel em razão de ter sido muy criminosa a vida.

E Deos hade ser coimosco!

O Diabo não ressa de nos dizer, que toda coiza se alistar-se voluntariamente, mas aprez d'esse entusiasmo. Lisboa tornou-se uma cidade de pedra real; é uma montaria por essas ruas, que a fôrça é o espur nos galgos da policia. Todos correm á prova e alistar-se, e por medida preventiva os voluntarios são mortos entre os cabos de policia. Não se vive em entusiasmo igual, e paiz que não arie-

Figura 1. O Eco de Santarém

## 1. O ECO DE SANTARÉM: PERIODICIDADE E CARACTERÍSTICAS

Conforme se pode ver na tabela 1, terão saído apenas quatro números<sup>26</sup> deste jornal, entre 8 e 14 de Dezembro de 1846, redigidos quase integralmente por António Rodrigues Sampaio e impressos furtivamente em Lisboa, por José Elias da Costa Sanches, impressor dos cartazes do Teatro São Carlos, nas ruínas da igreja de Santa Catarina (Praça 46). Na colecção do *Eco* há ainda um suplemento ao jornal, no qual se insere uma carta expedida pelo Conde de Bonfim, de Torres Vedras, de 22 de Dezembro de 1846.

| DATA                             | DIA DA SEMANA  | PERIODICIDADE NA SEMANA |
|----------------------------------|--|-------------------------|
| 8 de Dezembro de 1846 (n.º 1)    | Terça-feira  | Trissemanário           |
| 10 de Dezembro de 1846 (n.º 2)   | Quinta-feira   | Trissemanário           |
| 11 de Dezembro de 1846 (n.º 3)   | Sexta-feira  | Trissemanário           |
| 14 de Dezembro de 1846 (n.º 4)   | Segunda-feira  | Semanário               |
| 22 ou 23 de Dezembro de 1846 (?) | Suplemento com carta de Torres Vedras expedida a 22 de Dezembro. |                         |

Tabela 1. Datas de publicação d'O *Eco de Santarém*

Os três primeiros números ostentavam o design característico da época vitoriana: formato de quarto (19,5 x 25,6 cm, para uma mancha gráfica de 21,2 x 15,2 cm), cabeçalho encimado pelo número, do lado esquerdo, e pelo ano, do lado direito, a que sucedia o título, central, em maiúsculas, rodeado de espaço em branco, para ter impacto visual. A seguir ao título do jornal, surgia o local e data da publicação (Lisboa, X feira, X de Dezembro), destacados por dois filetes horizontais, um mais carregado do que o outro, como que desafiando as autoridades a encontrarem vestígios de um jornal clandestino impresso na própria capital. Aparecia, depois, o texto, paginado a duas colunas, com letra capitular a abrir o primeiro artigo. Normalmente, apareciam dois artigos, um a seguir ao outro, notícias e espaços para a “Correspondência Interceptada” ao inimigo e para notícias oficiais, mas sem grandes cuidados com o ordenamento e com a hierarquização das matérias. Alguns desses arremedos de secções eram intitulados (“Notícias” ou “Correspondência Interceptada,” por exemplo), mas de forma despadrionada (tanto em itálico, como em maiúsculas, como em estilo normal), como era, aliás, comum nos jornais vitorianos.<sup>27</sup>

O quarto número é diferente. Embora mantendo o mesmo tipo de caracteres e de cabeçalho, aparece numa única folha de maiores dimensões e menor gramagem, talvez devido à urgência e circunstâncias da sua publicação clandestina perante a constante ameaça das autoridades policiais. A folha, paginada de um único lado, a três colunas, tem a dimensão de 40,5 X 24,2 cm, para uma mancha gráfica de 36 X 21,8 cm.

No dia 15 de Dezembro, a polícia, informada por denúncia, assaltou o local onde se imprimia *O Eco*. Os agentes fizeram uma busca, mas não encontraram vestígios da impressão do jornal, já que os moldes tinham sido destruídos e uma das filhas do referido tipógrafo escond-

<sup>26</sup> A colecção da Biblioteca Nacional (cota RES 302//2A) apenas possui quatro números e um suplemento, sendo o quarto número datado de 14 de Dezembro. Se *O espectro* começou a ser publicado a 16 de Dezembro de 1846, assumindo-se como sucessor do *Eco de Santarém*, não é crível que tenham sido publicados mais números deste último periódico.

<sup>27</sup> O único suplemento ao *Eco* apareceu numa folha de idênticas dimensões às dos três primeiros números do jornal, mas de menor gramagem, paginada de um só lado e com uma mancha gráfica de 14,5 por 15 cm.

dera a cabeça do jornal debaixo da roupa (Tengarrinha 166). A figura 2 permite ter uma ideia do modelo gráfico do *Eco de Santarém*:

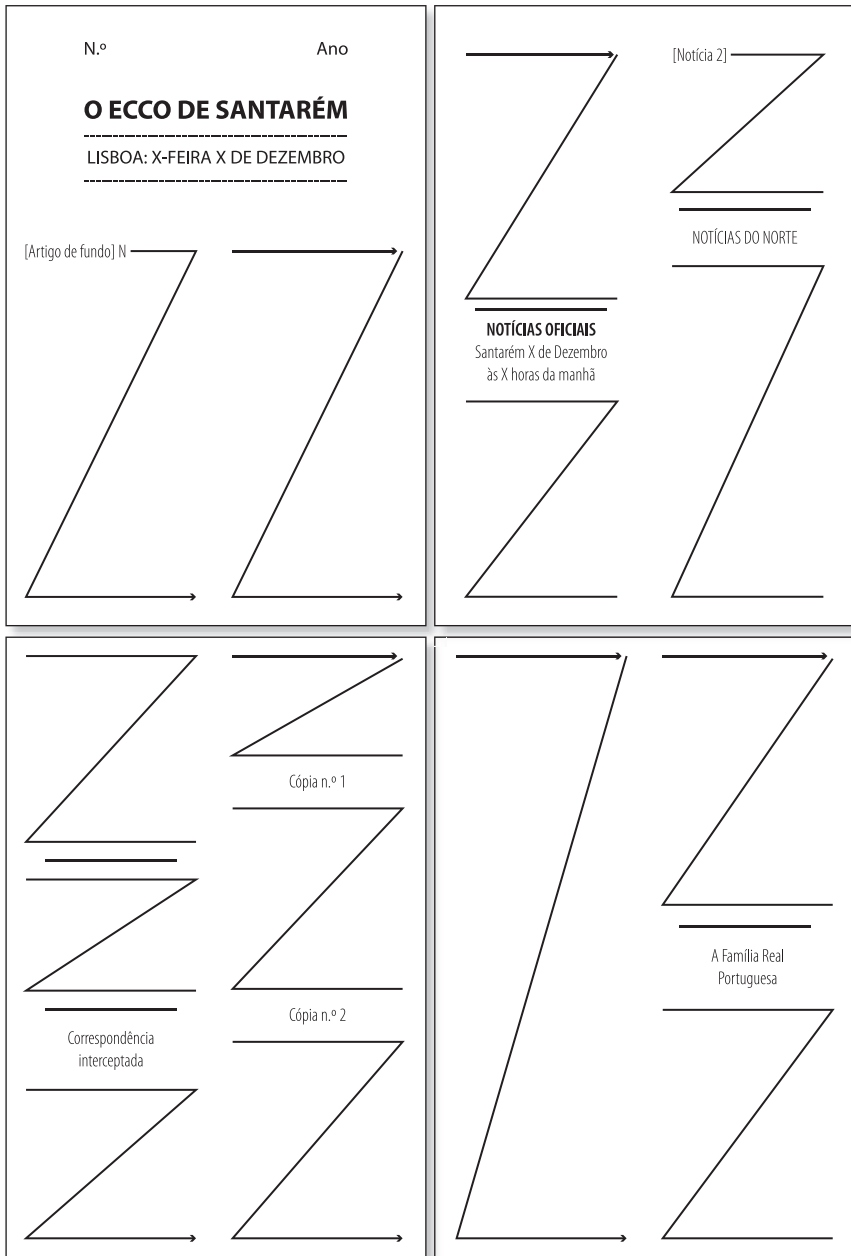


Figura 2. Esquema gráfico dos três primeiros números do *Eco de Santarém*

## 2. O DISCURSO DO *ECO DE SANTARÉM*

Num clima de guerra civil, o jornal fala, sobretudo, da revolta da Patuleia e da sua conjuntura, nomeadamente nos artigos de fundo, e sempre de forma a rebaixar e a denegrir o inimigo e a engrandecer a causa própria, atenuando o impacto dos insucessos dos correligionários:

O estandarte popular tremula em todo o país. A opressão tem por seu apenas os palmos de terra que pisa. (...) A resistência foi simultânea no Porto, Coimbra e Algarve. (...) Em Viana do Alentejo derramou-se em batalha campal o primeiro sangue. (...) O Alentejo ficou livre (...). Em Trás-os-Montes, a causa popular foi menos feliz. O povo decidiu-se logo por ela (...), mas traído pelo barão do Casal levantaram mãos (...) contra os seus próprios pais e irmãos – Vagabundos e fugitivos, percorreram esses soldados algumas terras do Minho, que assolaram com as suas violências (...) – fugiram das vista do Porto e foram encurralar-se em Chaves (...). (11 Dez. 1846)

Metamorfoseando-se em analista militar, António Rodrigues Sampaio não hesita em justificar uma eventual opção patuleia por uma guerra de guerrilha, querendo mostrar que essa seria a opção correcta, por muito que os inimigos atribuissem a alegada invisibilidade dos sucessos rebeldes à inexistência de vitórias expressivas que pudessem chamar suas. O relativo insucesso das forças patuleias é ainda justificado por Sampaio por uma alegada preferência dos rebeldes pela luta ideológica e intelectual em detrimento do confronto militar:

Fizemos este boquejo para traçar a situação do país. Teríamos de comemorar a acção de Sintra, onde os populares se cobriram de glória, e outros muitos recontos se tivéssemos de enumerar os nossos feitos de armas. Porém, o nosso intuito é (...) consignar somente as conquistas do progresso intelectual (...).

Prezamos em muito os nossos exércitos, mas a sorte da liberdade não está nos resultados de uma batalha (...), está na conquista das inteligências (...). (11 Dez. 1846)

Os acontecimentos da Patuleia também são objecto de notícias. Algumas são longas, comentadas, interpretadas e redigidas num tom arcaico (repare-se na insistência dos títulos nobiliárquicos e no uso de expressões como *exmo*), mas outras são curtas, pouco mais do que *leads* com a informação essencial que Quintiliano fixou para a posteridade nas suas *Instituições Retóricas*, no século I (sujeito, objecto, lugar, tempo, modo e causa). É de notar ainda a tentativa forçada de conotar os rebeldes com a nação e com todo o povo português:

### NOTÍCIAS OFICIAIS

(...) No dia 4 houve vivo fogo de parte a parte entre as forças do coronel Lapa e do *ex.mo* conde de Vila Real, com grande perda das primeiras e nenhuma das segundas (...). Foi um dia de completo triunfo para as forças nacionais (eles são as forças nacionais). Eis a resposta que damos ao Diário quando pergunta «onde estão as forças populares?» (8 Dez. 1846)

De facto, apesar de ser um jornal doutrinário e panfletário, destinado a encorajar os rebeldes da Patuleia, o *Eco* também oferecia um vasto número de informações, quer inseridas nos artigos, quer mesmo como notícias. No entanto, essas informações, nem sempre recentes, são,

normalmente, enquadradas, insistindo-se na justiça e razão da causa própria e na injustiça da causa alheia, bem como no alegado apoio popular massivo à causa própria e desapoio à causa contrária. Os próprios insucessos das armas rebeldes são matizados com os relatos dos sucessos. Várias das notícias servem, principalmente, para denegrir e insultar o inimigo:

### Imoralidades

**A resistência foi simultânea no Porto, Coimbra e Algarve. (...) Em Viana do Alentejo derramou-se em batalha campal o primeiro sangue. (...) O Alentejo ficou livre (...). Em Trás-os-Montes, a causa popular foi menos feliz. O povo decidiu-se logo por ela (...), mas traído pelo barão do Casal levantaram mãos (...) contra os seus próprios pais e irmãos (...). (11 Dez. 1846)**

Destinado predominantemente ao público burguês que liderava a causa patuleia, o jornal, ainda que confeccionado para ser lido em público e, assim, animar as hostes próprias, não deixava de ecoar preocupações extensíveis à generalidade da população, como as inquietações de natureza económica (carestia de vida):

### ESTADo Do MERCADo

**Notas a 900 réis e começa a faltar a prata para as trocar. Pão a 40 réis o arrátel. Carne a 35 rs, e todos os géneros de primeira necessidade têm subido extraordinariamente de preço. (14 Dez. 1846)**

É ainda de salientar o facto de *O Eco* entrar em diálogo com outros jornais, nomeadamente com o principal jornal governamental – o *Diário do Governo* – para melhor se contrapor aos adversários, denegrindo-os, desmentindo-os ou tentando mudar o *spin* dos respectivos enquadramentos. Os jornais configuravam-se como um espaço público, embora imaterial e simbólico, por onde passavam muitas das discussões (mormente políticas) travadas no contexto da época. Porém, arcaicamente, as matérias, por vezes, remetem o leitor para conhecimentos contextuais que até lhe poderiam escapar:

**O *Diário* de 12 (sábado) publica uma notícia importante – é que o visconde de Vinhais recebeu um expresso pelo qual soubera que o barão do Casal saíra a 4 do corrente de Vila Real para Amarante (...) para marcharem sobre o Porto. O expresso também dizia que a Junta do Porto fizera propostas ao barão do Casal, que este rejeitara (...), respondendo *bocalmente* (é assim que escreve o literato, que talvez quisesse dizer *boçalmente*) que nada tinha a tratar com a Junta facciosa. (...) A proposta da Junta do Porto é falsa – A Junta propõe ao Casal uma entrega absoluta e um conselho de guerra. A Junta não transige nem com um apóstata, nem com um assassino. (14 Dez. 1846)**

A contraposição aos adversários, numa tentativa de impor “uma verdade,” foi, de resto, constante no *Eco*. Para isso, Sampaio desmente o inimigo (não necessariamente os seus jornais, mas o inimigo no seu conjunto) e apelida-o de mentiroso. No exemplo escolhido, não hesita em lançar, ironicamente, a mão a um facto que quase se esquecia – diz ele – de relatar, para obter um efeito de sentença final:

*Cartaxo 6 de Dezembro*

Já não há paciência para sofrer tanto vexame (...). Tem desertado muita gente daqui para Santarém, apesar de espalharem (...) que no quartel de Belém estão ingleses, e que o duque da Terceira está à testa de seis mil homens no Porto, etc. etc. Em patranhas ninguém os excede, até fizeram correr que o Bonfim vinha sitiá Santarém pelo lado oposto! Dizem aos soldados que o Governo fizera em Inglaterra um empréstimo de 400 contos em metal, e que a Rainha empenhara as jóias da Coroa em Londres para dar mensalmente para as despesas da guerra 30 contos!

(...) Esquecia-me de dizer que fugiram 22 soldados de cavalaria para o conde do Bonfim. (14 Dez. 1846)

Um tema incómodo no *Eco* foi o da influência miguelista, pró-absolutista, no contexto da Patuleia. O ponto de vista assumido pelo *Eco* é o de que existiria uma aliança camuflada e insidiosa entre cabralistas e miguelistas que levaria estes a atacar os rebeldes patuleias. Essa proposta de geração de sentido permite ao *Eco* denegrir o inimigo cabralista, quer perante os patuleias, quer mesmo perante as potências liberais europeias:

McDonell [chefe dos rebeldes miguelistas] foi chamado entre nós pelos cabralistas (...) e ousou atacar as forças do visconde de Sá na sua marcha para o Porto. O resultado desta ousadia foi deixar no campo (...) 17 mortos, muitos prisioneiros, e escapar ele mesmo por uma precipitada fuga para ir contar ao seu cúmplice Casal a notícia da sua derrota (...). Atentai agora no *Diário* de 4 e verás a solene promessa, a declaração categórica de que o ministério “*não voltará as armas contra miguelistas*” e por fim conclui a (...) tarefa notando na (...) folha de 7 estas palavras: “Os do Porto são *escarnecidos e motejados pela guerrilha dos miguelistas*, que (...) já os desarmam e *descaçam* (...)”. Que estes motejos nos viessem do Saraiva de Londres, não nos admirávamos, mas que no-los dirigisse a folha oficial do Governo da Rainha, é o que nunca esperávamos! (11 Dez. 1846)

## 2.1. PROPÓSITOS DO ECO DE SANTARÉM

O que queria, afinal, Sampaio do *Eco de Santarém*? O que prometia no jornal? Semelhantemente ao que sucederia num estatuto editorial contemporâneo, Rodrigues Sampaio elenca, num artigo publicado no primeiro número do novo periódico (8 de Dezembro de 1846), o programa do *Eco*. Escreveu que seria uma “voz da verdade” que não daria aos adversários “o prazer do silêncio” e que, portanto, rompendo “o silêncio dos sepulcros” iria “perturbar os festins” dos cabralistas, “esses banquetes de ouro e sangue em que se devoram as cartilagens da Pátria”. Revela, ainda, ser sua intenção expor “as falsidades (...), as verdades que se ocultam, os factos que se invertem, as reputações que se caluniam, os dinheiros que se roubam, os rendimentos que se dissipam”. Indicia, ainda, as condições difíceis em que o jornal seria publicado, ao mesmo tempo que sustenta a ilegitimidade do Governo, nomeado pela Rainha, sem eleições: “Temos necessidade de ser breves. Faremos em artigos repetidos a autópsia disso a que em Lisboa se chama Governo e mostraremos a ignorância e a má-fé que se observa em todas as suas providências”. Promete, finalmente, convicto da razão e do apoio divino, que “A luta não será longa. (...) E Deus há-de ser connosco!”

O que se observa nos excertos de texto atrás citados é a crença de Sampaio no poder escrutinador e mobilizador do jornalismo, em prol da narração de uma causa e de uma “verdade”.

Observa-se, também, a adesão a uma retórica romântica, transclassista, coloquial, directa e simples, mas também viva e apaixonada, destinada ao iletrado e ao erudito, pois apela mais às emoções partilhadas e à exaltação dos sentimentos do que à reflexão racional e serena. Está em causa o convencimento pela comoção. Não podia, aliás, ser de outra maneira, já que o *Eco* surge não para discutir com seriedade e profundidade os problemas do país mas sim para animar as hostes patuleias, num estilo ritmado por frases curtas, fortes e persuasivas, metafóricas, balanceadas entre ideias contrastantes (silêncio/festim; falsidade/verdade). Era, portanto, um estilo que se apropriava tanto a uma leitura silenciosa como a uma leitura em voz alta, para assembleias (opção adequada ao enorme analfabetismo da época).

Pode destacar-se também no *Eco* o recurso a uma linguagem figurativa, frequentemente metafórica, oportunamente irónica, em que se interpela o leitor e em que se confrontam conceitos, como o belo e o horrível, a voz e o silêncio, a liberdade e a prisão ou escravidão, e em que se remete reiteradamente o discurso para o tenebroso: os sepulcros, o sangue, a antropofagia dos que “devoram as cartilagens da pátria”. Pode pois dizer-se que, tendo encontrado a “sua” fórmula retórica, Sampaio a repetirá exaustivamente, muitas vezes em diálogo com os jornais governamentais, já que a imprensa era o espaço (ainda que imaterial e simbólico) mais relevante de discussão pública das causas da época:

O *Diário* não cessa de nos dizer que todos correm em alistar-se voluntariamente, mas apesar desse entusiasmo, Lisboa tornou-se uma verdadeira tapada real: é uma montaria por essas ruas que é difícil escapar aos galgos da polícia. Todos correm (...) a alistar-se, mas por medida preventiva, os voluntários vão todos amarrados (...). Nunca se viu um entusiasmo igual, e para que não arrefeça de todo vão enchendo as prisões de vítimas. (...). (8 Dez. 1846)

Os enquadramentos discursivos do *Eco* são invariáveis. Vejam-se alguns exemplos:

1) Cabralistas e saldanhistas, com a conivência da Rainha, colocaram o país a saque, importando, por isso, que os portugueses nobres e generosos os combatam:

Honra, virtude, moral, tudo está perdido, tudo se sacrificou ao demónio da ambição que se apossou do poder. (8 Dezembro 1846)

Temos de combater com a corrupção. Não importa! Uma nação inteira não se corrompe! (8 Dez. 1846)

2) Ao suspender as garantias dadas aos cidadãos pela Carta Constitucional, a Rainha cometeu um acto ilegítimo e absolutista, rompeu o contrato implícito de confiança entre ela e os cidadãos, justificando a revolta dos súbditos:

A Constituição está suspensa. Não há direito mais do que o da força. A legitimidade está na resistência. O poder rasgou o pacto social e desligou-nos da obediência. Em nome da Carta, não manda ele, porque a suspendeu; em nome do absolutismo, não reconhecemos o seu império. (...) O direito dos nossos adversários não é melhor do que o nosso. (8 Dez. 1846)

3) A violência da revolta é justificada porque cartistas, cabralistas e saldanhistas, com a conivência da Rainha, exerceram previamente a violência sobre os constitucionais:

O canhão soa – também temos canhão. Não nos deixam usar as armas da inteligência, e não poderão fugir aos golpes de espada que nos provocaram. (8 Dez. 1846)

4) Numa variação do enquadramento anterior, postula-se que a violência da revolta se justifica porque o Governo se sustenta na violência contra a “nação inteira” para se manter em funções:

Um ministério imposto à força das baionetas é indigno. (...) Um ministério (...) sustentando-se pelas infâmias que pratica e pelas perseguições, é digno que baqueie (...) coberto com as maldições da nação inteira! (10 Dez. 1846)

5) A causa dos revoltosos da Patuleia é legítima e assim o prova a alegadamente massiva adesão do povo e dos espíritos mais iluminados à rebelião, com a bênção dos europeus:

A nossa causa é justa, a Europa assim o reconhece. (...) Isto é que faz vacilar o poder, esse poder corrompido que levou o Trono a dois passos do abismo e o país a um cataclismo de onde só pode sair pelos esforços heróicos dos seus filhos. (8 Dez. 1846)

6) Ao aliar-se a cabralistas e saldanhistas, a Rainha revelou ingratidão para com os liberais que, liderados por seu pai, D. Pedro IV de Portugal e I do Brasil, lutaram para a colocarem no Trono:

Há vinte e seis anos que (...) pelejámos pela liberdade (...). Chegámos a acreditar que iríamos colher o fruto dos nossos sacrifícios. Enganámo-nos. (...) D. Maria derrubou o Trono que lhe conquistámos, lançou por terra o diadema da liberdade, para cingir uma coroa de ferro. (8 Dez. 1846)

7) Os cabralistas e saldanhistas buscam ilegalmente uma intervenção estrangeira num assunto nacional e obtiveram a conivência de Espanha:

#### *Correspondência Interceptada*

Se ainda restasse alguma dúvida da interferência vergonhosa que a Espanha tem tido nos nossos negócios domésticos, o documento que abaixo transcrevemos o demonstrará (...). É do oficial maior da secretaria dos Estrangeiros, e dá bem a conhecer a conivência desleal, a cumplicidade, daqueles que se deviam conservar neutrais nesta contenda.

#### *Cópia n.º 1*

Expede esta noite a legação espanhola um expresso seu a Badajoz. Por ele se pode mandar correspondência para Elvas, que para ali será transmitida a Badajoz. (8 Dez. 1846)

8) Cabralistas e saldanhistas são insidiosos, pérfidos, desleais, falsos, sempre dispostos a trair, por vezes “estupidamente,” de acordo com as conveniências:

E os ministros da situação juntam à indignidade, a inépcia e a estupidez (...). Seja a acusação feita ao duque de Palmela para o obrigar a sair de Portugal. Sentimos não poder transcrever na íntegra esse famoso documento. (...) Ao Governo britânico compete tirar o desforro de acusação tão traiçoeira. Nós só acrescentamos que se recordem nossos leitores do estulto *Diário* a anunciar cheio de júbilo a chegada do almirante inglês Parker, que vinha oferecer a sua esquadra, e hoje a polícia secreta alcunha-o de conspirador! (10 Dez. 1846)

Os exemplos anteriores, escritos também para “inglês ler,” procuram demonstrar aos britânicos, e não só aos portugueses, a duplicidade dos cabralistas e saldanhistas, que, apesar de alegadamente procurarem o apoio inglês, não se coíbiam de redigir proclamações anti-britânicas, mas hispanófilas e francófilas, nem se inibiam de acusar o duque de Palmela, anterior chefe do Governo, de, com os britânicos, denegrir do Governo português.

Que balanço se pode fazer do discurso do *Eco de Santarém*? José Manuel Tengarrinha avalia o jornal da seguinte forma:

Pela violência da linguagem e o extremismo das suas posições, *O Eco de Santarém* confina já com o republicanismo (...) cuja única parte programática consistente se resume à deposição da Rainha. (...) Embora apresente uma técnica (...) segura e um conteúdo (...) rico (...), tem ainda um alcance bastante modesto. (Tengarrinha 166)

No entanto, apesar da truculência da linguagem, parece algo excessivo considerar o *Eco* um jornal pré-republicano, similar, por exemplo, aos primeiros periódicos republicanos portugueses, que surgiram em 1848 (casos de *A alvorada*, *É tarde*, *O regenerador*, *A República*, *A fraternidade* e *O republicano*).

### 3. AS FONTES DO ECO DE SANTARÉM

Tal como era comum nos jornais da época, e conforme uma tendência que se manifestava desde a génese do jornalismo europeu no século XVII (Sousa 33-35), a matéria noticiosa resultava da observação pessoal, dos relatos de fontes, da troca de correspondência e do aproveitamento de notícias de outros jornais, que chegava à transcrição das mesmas:

Ourém 5 de Dezembro

Recebemos carta de Ourém do dia 5 do corrente, que diz assim: Ontem, pela uma hora da tarde, fomos atacados pelas forças cabralinas (...). Depois de três horas de fogo, retirou o inimigo ao anoitecer (...). (10 Dez. 1846)

É interessante notar que, sem censura, não havia no *Eco* grande preocupação pela natureza confidencial de algumas informações militares. Revelavam-se os movimentos de tropas amigas e o que se julgava saber das movimentações do inimigo.

A correspondência era tão importante para alimentar o jornal de informações que o único suplemento encontrado do *Eco de Santarém* resulta inteiramente da transcrição de uma carta:

Suplemento ao *Ecco de Santarém*

Temos a satisfação de dar ao público uma carta de Torres Vedras de 22 do corrente, escrita às 10 horas da manhã, em que o Ilustre General Conde do Bonfim expõe o brilhante estado em que se acham as forças nacionais.

É assim que desmentimos os falsos boatos que a canalha ministerial anda apregoando (...).

TORRES VEDRAS 22 de Dezembro de 1846, às 10 horas da manhã (...) aqui estou com 3200 infantes (...), 200 cavaleiros (...), mil infantes os batalhões nacionais (...). O Saldanha está há um dia e meio a uma légua (...), com uns 3 a 4 mil homens, no Ramalhal e Amial. Estão muitos famintos, não tendo recebido mais de 2 meias rações de pão, nos últimos três dias, e por isso estão desgostosos. Os oficiais já não ocultam o seu dissabor, sem atinarem com o que pretende o seu general Saldanha. O conde das Antas, com 4 mil homens e seis bocas de fogo e 300 cavaleiros marchou ontem de madrugada e está a duas léguas do inimigo e a três da minha coluna. (...) As posições em que me acho são fortíssimas e com as forças que tenho poderia aqui defender-me muito bem contra 8 a 9 mil homens (...). Á vista do exposto, o Saldanha será obrigado (...) a retirar (...).

P.S. Quando o portador saiu de Torres Vedras ontem ao meio-dia, rompia o fogo.

Quadro 2. Suplemento ao *Eco de Santarém*

Apesar de no exemplo ser notória a preocupação de mencionar com rigor, até para efeitos de credibilização do discurso, o local, a data e a hora em que a carta foi produzida, muitas das informações recolhidas e publicitadas eram vagas e imprecisas. Algumas basear-se-iam, possivelmente, no que o redactor ouvia contar nas suas deambulações pelas ruas lisboetas:

## NOTÍCIAS

O visconde de Setúbal (Schwalback) chegou domingo à noite a esta capital. Ignora-se a razão desta vinda. O Governo parece desejar ocultá-la – correm diversas versões sobre este caso.

Dizem uns que houvera desinteligências entre ele e o Saldanha. Conta-se que este lhe chamara *besta* por causa da acção de Viana (...), e que o Schwalback respondera que *mais besta* era ele, Saldanha, porque estava há muito tempo pasmado sobre Santarém com medo de atacar (...). (11 Dez. 1846)

Noutros casos, Sampaio não oferece ao leitor pistas sobre a fonte (embora se presume que resultem de correspondência ou de outros jornais, sendo referidos locais e datas das mesmas):

*Santarém 10*

Ontem saiu daqui o brigadeiro Mousinho de Albuquerque, comandando uma coluna de mil homens de infantaria de linha, 100 cavaleiros e duas peças de artilharia. Vai reforçar a divisão do conde do Bonfim (...). (14 Dez. 1846)

As observações do próprio redactor serviam, certamente, para a produção noticiosa. O exemplo abaixo, em que Sampaio procurou contrapor a malignidade tirânica dos adversários à resistência do povo, poderá resultar dessa actividade, sendo nele de realçar a preocupação pelo enquadramento da informação:

Na terça-feira, no Terreiro do Paço, e quarta, foram tais as violências que praticaram os defensores do Ministério, que o povo (...) resistiu à soldadesca, e debaixo de vozearias “morram os ladrões” e de uma chuva de pedras, os perseguiram por algum tempo (...). (11 Dez. 1846)

Muitas das notícias resultavam do aproveitamento de informações doutros jornais. Era grande a dependência deles para se saber o que se passava noutros pontos do país (e no estrangeiro).

Temos presentes periódicos de Coimbra e Porto. Até 7, deles extraímos o seguinte:

A Junta do Supremo Governo do Reino, por decreto de diferentes datas, havia restituído o tributo das sisas ao Estado (...). (14 Dez. 1846)

A transcrição (quando necessário, traduzida) de notícias da imprensa estrangeira permitia, por sua vez, alimentar um considerável fluxo de informações na Europa, embora em muitos casos, num clima de guerra civil, fosse aproveitada para se escrever sobre o que “lá fora” se dizia sobre o que se passava dentro do Reino:

No *Chronicle de St James*, jornal da Corte de Londres, em data de 21 passado, achamos o seguinte, que fielmente traduzimos.

*A Família Real Portuguesa*

Podemos assegurar que antes da partida da Corte para a Ilha de Wight, se deram ordens para o preparo de quartos no castelo de Windsor para o caso em que a Rainha de Portugal e El-Rei seu marido (...) julgassem conveniente aproveitar-se da hospitalidade britânica. (8 Dez. 1846)

De qualquer modo, os métodos “artesanais” de obtenção de informações geravam grande morosidade na circulação de notícias, pelo que muitas das “novas” publicadas eram já “velhas” e, por vezes, vagas, a ponto de por vezes o próprio redactor se queixar:

*Notícias do Norte*

Temos periódicos do Porto até ao primeiro de Dezembro. Nada contém de maior importância além do que já é sabido.

O regimento de fuzileiros da liberdade já contava no primeiro do corrente 400 homens (...). O Casal e Vinhais achavam-se ainda estacionados em Trás-os-Montes. Os partidários de D. Miguel continuam a sublevar-se na Província do Minho – deve, porém, fazer-se justiça aos cavalheiros deste partido, que faziam parte da coalizão, os quais têm sido fiéis aos seus compromissos. (8 Dez. 1846)

Um recurso curioso do *Eco* é a transcrição de correspondência interceptada ao inimigo. A informação dessa correspondência é sempre enquadrada, para gerar o significado pretendido pelo redactor e virar o que era dito contra os seus próprios autores. No exemplo abaixo, o marechal Saldanha chega a ser apelidado de “marechal das caras,” de forma a acentuar a ideia de que mudaria de opinião conforme as conveniências:

#### *Correspondência Interceptada*

Abaixo transcrevemos a representação do marechal Saldanha dirigida à Rainha em 13 de Setembro (...). É mais uma cara que o marechal quis acrescentar às muitas que tem feito. (...)

Senhora! (...) POR UMA CONSEQUÊNCIA FORÇADA, E RESOLVIDO A NÃO CONCORRER (...) PARA AUMENTAR OS MALES DO MEU PAÍS, DEPOIS DE SÉRIA LUTA COMIGO MESMO, TOMEI A RESOLUÇÃO DE DESAMPARAR A POLÍTICA INTERNA, E PARA O PODER VERIFICAR DE UM MODO ABSOLUTO, ROGO A VOSSA MAJESTADE SE DIGNE ACEITAR A RENÚNCIA QUE FAÇO DO LUGAR DE CONSELHEIRO DE ESTADO EFECTIVO. (8 Dez. 1846)

## CONCLUSÕES

Esta breve incursão no percurso jornalístico de Rodrigues Sampaio permite perceber a forma como este construía os seus textos e, em termos de conteúdo, desvendar o seu pensamento jornalístico e posicionamento sobre os acontecimentos e problemáticas da época. Pode asseverar-se que António Rodrigues Sampaio foi um dos principais produtores simbólicos oitocentistas, graças à sua acção política através do jornalismo. No *Eco* de Santarém, ele tentou transmitir o ponto de vista dos rebeldes patuleias, recorrendo aos dispositivos retóricos do Romantismo, numa prosa mais emotiva que propiciadora de uma reflexão serena.

Acima de tudo, demonstra a acção e o papel do *Eco* nos acontecimentos, o que revela o papel da imprensa na época – a sua participação, as suas fontes e a construção do seu discurso – em especial o da imprensa clandestina. Sendo quase 90% da população portuguesa analfabeta, um jornal político, doutrinário e interventivo como o *Eco* não era redigido apenas para ser lido em silêncio, mas também para ser lido em voz alta perante assembleias de partidários. O *Eco de Santarém* fala sobretudo da guerra civil, apesar de, por vezes, se perder em diatribes pessoais, centrando-se na defesa da liberdade e assumindo-se como “voz da verdade,” o que materializaria nele os valores da historiografia Clássica que o jornalismo incorporou.

Um exame aprofundado do papel desta publicação, bem como do percurso jornalístico de Sampaio, careceria de uma análise de outros textos e publicações da sua autoria e de outros que lhe foram contemporâneos, mas que caberia num estudo mais alargado e aprofundado.

**BIBLIOGRAFIA**

Praça, Afonso. "Um jornal clandestino do século XIX: *O Espectro* do Sampaio da Revolução". *História*. Fev. (1979): 42-46.

Sá, Victor. *O Sampaio da Revolução nas fracturas do século*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens das Letras do Porto, 1984.

Sousa, Jorge P. "Uma história breve do jornalismo no Ocidente". *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa*. Org. Jorge P. Sousa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008: 12-93.

---. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2ª ed. revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

Sousa, Jorge P., et al. "A acção jornalística dos gazeteiros portugueses na primeira metade do século XVII". *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa* .6 (2009): 18-29.

Tengarrinha, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

Traquina, Nelson. *A tribo jornalística*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

Vasconcelos, Teixeira de. *Les contemporains portugais, espagnoles et brésiliens. Galerie portugais. António Rodrigues Sampaio: journaliste*. Paris: Chez Tous les Libres de France et de l'Étranger, 1858.

---. *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Paris: s.n., 1859.